

Termo de Referência 14/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2024	200386-SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL- PA	ANA CELIS GOMES DE CASTRO	25/03/2024 10:48 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		08360.001285/2024-02

1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de Gêneros Alimentícios, sob demanda (café, leite, açúcar e água mineral sem gás) e Copos Descartáveis, para atender as necessidades da Superintendência da Polícia Federal no Pará e suas Delegacia Descentralizadas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

IDENT. UNID.	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	Quantidade Anual Mínima ESTIMADA	Quantidade Anual Máxima ESTIMADA	Valor Unitário	Valor Total	Margem de Preferência
	1	Café em pó, torrado e moído, moagem fina e uniforme, embalagem alto vácuo, tipo do café: tradicional ou superior , de primeira qualidade, ponto de torração: média, sem glúten e sem gordura saturada. Embalagem: Acondicionado em embalagem (tipo Tijolinho) pacote de 500g. Validade mínima 12 (doze) meses a contar da data de entrega. Marcas de referência de qualidade: Pilão, Três Corações e Santa Clara, equivalente ou de melhor qualidade.	463591	Pacote de 250g	4440	4884	R\$8,2167	R\$40.130,36	
		Leite em pó integral instantâneo (não adocicado /modificado), tipo							

1 SR/PF/PA	2	FORTIFICADO rico em vitamina A, C, e D, embalagem do produto: pacote aluminizado interiormente e exteriormente, com 400g, prazo de validade: mínimo de 10(dez) meses para a SR/PA	446019	Embalagem de 400g	1800	1980	R\$16,3675	R\$32.407,65	
	3	Açúcar refinado especial branco - sem glúten - de primeira qualidade, acondicionado em embalagem plástica resistente e reciclável, hermeticamente fechada, contendo 1kg, dentro dos padrões estabelecidos pela ANVISA. A embalagem deverá conter, dentre outros, a marca do produto; data de fabricação e prazo de validade mínima de 12 meses; número do telefone de atendimento ao consumidor. O produto deverá possuir registro no Ministério da Agricultura. Marcas de referência de qualidade: União, Guarani, equivalente ou de melhor qualidade.	463997	Embalagem de 1 kg	1392	1531	R\$6,9767	R\$10.681,33	
	4	Copo Descartável Material: Poliestireno, Capacidade: 180ml, Aplicação: Água/Suco e Refrigerante, Características Adicionais: Atóxico, de Acordo c/ Norma Abnt, Nbr 14865, Cor: Branco	326145	Caixa (25 centos)	83	92	R\$93,4500	R\$8.597,40	
	5	Água mineral, natural, sem gás, de primeira qualidade, acondicionada em garrações de propriedade da fornecedora, devendo os garrações possuírem lacre de segurança na tampa e rótulo, fabricados em policarbonato de excelente qualidade, retornáveis, resistentes a impactos.	445485	Garração com capacidade de 20 litros	5200	5720	R\$13,5500	R\$77.506,00	Participação exclusiva às ME/EPP, nos termos do art. 48, I, da LC nº 123/06 e artigo 6º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015.

2 DPF/SNM /PA	6	Água mineral, natural, sem gás, de primeira qualidade, acondicionada em garrações de propriedade da fornecedora, devendo os garrações possuírem lacre de segurança na tampa e rótulo, fabricados em policarbonato de excelente qualidade, retornáveis, resistentes a impactos.	445485	Garração com capacidade de 20 litros	720	792	R\$17,5000	R\$13.860,00
3 DPF/MBA /PA	7	Água mineral, natural, sem gás, de primeira qualidade, acondicionada em garrações de propriedade da fornecedora, devendo os garrações possuírem lacre de segurança na tampa e rótulo, fabricados em policarbonato de excelente qualidade, retornáveis, resistentes a impactos.	445485	Garração com capacidade de 20 litros	624	686	R\$27,2350	R\$18.683,21
4 DPF/RDO /PA	8	Água mineral, natural, sem gás, de primeira qualidade, acondicionada em garrações de propriedade da fornecedora, devendo os garrações possuírem lacre de segurança na tampa e rótulo, fabricados em policarbonato de excelente qualidade, retornáveis, resistentes a impactos.	445485	Garração com capacidade de 20 litros	660	726	R\$30,00	R\$21.780,00
5 DPF/ATM /PA	9	Água mineral, natural, sem gás, de primeira qualidade, acondicionada em garrações de propriedade da fornecedora, devendo os garrações possuírem lacre de segurança na tampa e rótulo, fabricados em policarbonato de excelente qualidade, retornáveis, resistentes a impactos.	445485	Garração com capacidade de 20 litros	450	495	R\$15,9600	R\$7.900,20
6		Água mineral, natural, sem gás, de primeira qualidade, acondicionada em garrações de propriedade da fornecedora, devendo os garrações		Garração com				

PA/ITB /DPF/SNM /PA	10	possuírem lacre de segurança na tampa e rótulo, fabricados em policarbonato de excelente qualidade, retornáveis, resistentes a impactos.	445485	capacidade de 20 litros	450	495	R\$23,5833	R\$11.673,73	
VALOR TOTAL ESTIMADO							R\$243.219,88		

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. *O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.4.1. *O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que é de caráter essencial ao funcionamento e atendimento das necessidades do órgão, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.*

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratada observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, e a Resolução RDC ANVISA 182, de 2017, alterada pela RDC 331/2019, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

4.1.2. A água captada de corpos de água ou mananciais deve atender à Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

4.1.3. Indicação de marcas ou modelos ([Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares, **relativas aos itens 1 e 3, a indicação das marcas, estão como referência de qualidade, admitindo-se o fornecimento de produtos de qualidade superior.**

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

4.5. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

5.1.1.. A entrega dos bens deverá ser no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para os Itens que tratam de Água Mineral e de 10 (dez) dias para os demais itens, a contar do recebimento da requisição e/ou Nota de Empenho pelo fornecedor.

5.2. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

5.3. O prazo de validade dos produtos na data da entrega, não poderá ser inferior:

5.3.1. A 12 (doze) meses para café e açúcar

5.3.2. A 10 (dez) meses para o leite

5.3.3. A 3(três) meses para a água em garrafão retornável

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

5.4.1. Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará - **SR/PF/PA** - Avenida Almirante Barroso, 3251, esquina c/ AV. Julio Cesar, Souza, Belém-PA CEP: 66.613-710.

5.4.2. Delegacia de Polícia Federal em Santarém - **DPF/SNM/PA** - Avenida Presidente Vargas, 4343, Conjunto Jardim Liberdade, casa 11, Bairro: Liberdade, Santarém-PA CEP: 68040-060.

5.4.3. Delegacia de Polícia Federal em Marabá - **DPF/MBA/PA** - Quadra Especial (Fl.31) - Marabá-PA, CEP 68.500-970.

5.4.4. Delegacia de Polícia Federal em Redenção - **DPF/RDO/PA** - Avenida Brasil, 2327 - Núcleo Urbano, Redenção-PA CEP: 68553-052.

5.4.5. Delegacia de Polícia Federal em Altamira - **DPF/ATM/PA** - Rua Acesso Três, n.º 850, Bairro Independente I, Altamira /PA, CEP 68.372-690.

5.4.6. Posto Avançado Itaituba - **ITA/DPF/SNM/PA** - Av. Mal. Rondon, 724 - Boa Esperança, Itaituba - PA, Itaituba-PA CEP: 68181-010.

Horário de Entrega

5.5. Das 8h30 às 11h30 e das 14h às 16h30

Das embalagens e das condições gerais dos materiais

5.6. Os materiais deverão ser fornecidos em embalagens originais dos fabricantes, contendo identificação do produto, a marca do fabricante, a data de fabricação e a validade de forma legível, conforme legislação em vigor.

5.7. Nas embalagens de água mineral, deverá constar o rótulo padrão aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (Portaria nº 470, de 24/11/1999), que bem identifique o produto ofertado e sua fonte de extração.

5.8. Todos os vasilhames deverão ter capacidade de 20 litros e fabricados em PC (Policarbonato), de acordo com as normas da ABNT (NBR 14222, NBR 14328, NBR 14637, NBR 14638), devendo estar em excelente estado de conservação.

5.9. Os lacres e os selos de segurança dos garrafões deverão estar de acordo com as normas da ABNT.

5.10. A troca das embalagens vazias será realizada mediante regime de comodato e serão fornecidos atendendo demanda da Contratante, através, de requisições.

5.11. Os garrafões deverão:

I – Possuir lacre de segurança, sem indício de violação;

II – Apresentarem-se intactos, sem amassamentos, rachaduras, ranhuras, remendos, ou deformações do gargalo; e

III – Apresentar rótulo padrão da água que deverá conter o nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número de concessão, nome do concessionário, constante físico-químicas, volume do conteúdo de indicação do mês, data de envasamento e prazo de validade.¹⁴

Garantia

5.12. *O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

5.12. A garantia dos materiais deverá ser de no mínimo, 12(doze) meses a contar do recebimento definitivo, prevalecendo a garantia oferecida pelo fabricante se o prazo for superior, dentro do qual a Contratada substituirá todo o material que venha a apresentar defeitos de fabricação e/ou funcionamento, sem ônus para a Contratante.

5.13. Todas as despesas decorrentes da prestação de garantia, incluindo substituição de produtos e/ou seus componentes, ficarão a cargo da empresa licitante vencedora.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, I](#)).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **2 (dois)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10(dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **10(dez) dias úteis**.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5(cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. *As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.*

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **parcelado para os itens 1 a 4 e continuado para o itens que tratam do fornecimento de água mineral**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19.. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **capital mínimo de 3% do valor total estimado da parcela pertinente.**

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.28. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

8.28.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

8.28.1.1. *Atestado que comprove que a empresa licitante já forneceu um quantitativo mínimo de 30% de para órgão da Administração Pública ou privada dos itens constantes da tabela 1.1 deste Termo de Referência.*

8.28.1.2. *Os atestados deverão conter a identificação do Órgão da Administração Pública ou empresa emitente, a identificação do contrato (ou equivalente) extinto ou vigente de prestação de serviços, e a discriminação dos serviços prestados.*

8.28.2. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

8.28.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

8.28.4. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

8.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.29.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 243.219,88

9.1. *O custo estimado total da contratação é de R\$ 243.219,88 (Duzentos e Quarenta e Três Mil, Duzentos e Dezenove Reais e Oitenta e Oito Centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.*

9.2. *Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):*

9.2.1. *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.2.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

9.2.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

9.2.4. *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados à SR/PF/PA no Orçamento Geral da União para o exercício de 2024.

10.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

11. APÊNDICE

11.1. Estudo Técnico Preliminar Digital 2/2024

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WHESLEY SOUZA OLIVEIRA

Chefe do NUMAT/SELOG/SR/PF/PA



Assinou eletronicamente em 25/03/2024 às 10:48:11.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Estudo Técnico Preliminar 2_2024 VF.pdf (121.23 KB)

Anexo I - Estudo Técnico Preliminar 2_2024 VF.pdf

Estudo Técnico Preliminar 2/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 08360.001285/2024-02

2. Descrição da necessidade

2.1. Este processo se justifica pela necessidade de repor os estoques de Gêneros Alimentícios (café, açúcar, leite e água mineral) e Copos Descartáveis, a fim de suprir a necessidade e ao desenvolvimento regular das atividades no âmbito da Superintendência Regional da Polícia Federal no Pará, em seus diversos setores operacionais e Delegacias Descentralizadas e no atendimento ao público, de acordo com as quantidades e especificações constantes da demanda.

2.2. As quantidades relacionadas é o resultado da consolidação de levantamento realizado pela NUMAT/SELOG por um período de 12 (doze) meses, evitando a manutenção de estoques elevados ou o não atendimento de requisições por falta dos materiais nos estoques, considerando o histórico de consumo no âmbito da SR/PF/PA ao longo do ano de 2023.

2.3. A estimativa da quantidade de material de consumo de gêneros alimentícios levou em consideração o consumo do último ano na sede, bem como das suas descentralizadas, além de se manter estoque mínimo dos referidos materiais.

2.4. Proporcionar condições essenciais ao bom funcionamento e desenvolvimento das funções no Edifício Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará e suas Delegacias Descentralizadas.

2.5. Proporcionar o regular abastecimento dos diversos setores com materiais de consumo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
NUMAT/SELOG/SR/PF/PA	WHESLEY SOUZA OLIVEIRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os requisitos para contratação dos produtos gêneros alimentícios devem estar pautados em normas técnicas para fabricação e consumo dos produtos e seguir orientações da RDC 216/2004, que, dentre outras, orienta a respeito da manipulação, preparação, fracionamento, armazenamento, distribuição, transporte, exposição à venda e entrega de alimentos preparados ao consumo.

4.1.1. Fornecimento de água mineral

a) Acondicionada em garrações de 20 litros e com lacre de segurança, transparentes, fabricados em **POLICARBONATO** de excelente qualidade, retornáveis, resistentes a impactos, com fornecimento do vasilhame em regime de **comodato**, ou seja, de propriedade da fornecedora. A embalagem deverá vir com rótulo atualizado e aprovado pelo DNPM, que identifique as características e propriedades físico-químicas do produto, fonte de origem, estabelecimento e contenha informações sobre o registro no órgão de fiscalização federal competente e demais elementos que identifiquem a qualidade do produto. A água deverá ser originada de fonte devidamente regularizada junto ao DNPM e à ANVISA/Ministério da Saúde.

a) Os garrações de água mineral deverão ser fornecidos dentro do prazo solicitado em requisição e dentro dos respectivos prazos de validade permitido para consumo do produto;

- b) Armazená-los em condições de higiene e boa conservação; e
- c) Substituir os garrafões plásticos que, porventura, estiverem fora das condições de uso ou com defeitos de fabricação, com lacre violado, ou que esteja fora do prazo permitido de comercialização do vasilhame plástico, no prazo máximo de 6 (seis) horas, contado a partir da solicitação.

4.1.2. Fornecimento de Leite em pó Integral Instantâneo (não adocicado/modificado)

- a) Tipo Fortificado rico em vitamina A, C e D. Embalagem do produto: em pacotes aluminizados interiormente e exteriormente, com 400g.
- a) O material deverá conter na sua embalagem: a marca, procedência e o prazo de validade mínimo de 10(dez) meses.
- b) O produto deverá ser elaborado a partir da desidratação do leite de vaca integral, comum, na sua concentração natural, submetido a tratamento térmico adequado (pasteurização, UHT). O leite utilizado deverá ser isento de matéria estranha, de parasitos e de detritos animais e vegetais, sem adição de açúcar e/ou água.

4.1.3. Fornecimento de Açúcar Refinado Especial Branco

- a) O açúcar deverá ser do tipo refinado de origem vegetal, constituído fundamentalmente por sacarose de cana-de-açúcar, de aspecto sólido amorfo, de primeira, do tipo Superior, Extra, ou Especial, cor branca cristalina, com aspecto uniforme, cheiro próprio, sabor doce, isento de fermentações, de sujidades, parasitas, larvas, materiais terrosos e detritos de animais ou vegetais. Marca de referência de qualidade: União, Guarani, equivalente ou de melhor qualidade.
- b) O açúcar deverá estar empacotado em embalagens plásticas atóxicas de 01(um) quilograma, com dados de identificação e data de fabricação, número do lote expressos, além de prazo de validade não inferior a 12 meses, contado a partir da efetiva entrega do produto.

4.1.4. Fornecimento de café

- a) Café, torrado e moído, que seja tradicional ou superior - Produtos de referência e notória qualidade: Pilão, Três Corações e Santa Clara, equivalente ou de melhor qualidade.
- b) Que comprove ser de 1ª Qualidade com Selo de Pureza ABIC e símbolo de qualidade ABIC ou acompanhado de Laudo válido emitido, há no máximo seis meses, por laboratório habilitado pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde (REBLAS /ANVISA), observando-se o NMQ (Nível Mínimo de Qualidade), de acordo com a Norma de Qualidade/PQC;
- c) Seja de Qualidade Global de no mínimo 7,3 (sete vírgula três), em escala sensorial de zero a dez na classificação oficial brasileira, evitando presença de grãos Pretos, Verdes e Fermentados (com no máximo de 15% desses grãos), isentos de bebidas rio ou riozona, com ponto de torra média a moderadamente clara, moagem média/fina, grau/ponto de torra disco de AGTRON entre 55 e 75 (APRESENTAR DECLARAÇÃO DO GRAU/PONTO DE TORRA);
- d) Não apresente índices de impurezas (cascas, paus, sedimentos, etc) acima de 1% (um) e devem ser isentos de qualquer percentual de produtos estranhos (milho, centeio, cevada), etc);
- e) Demonstre aspecto torrado e moído, em pó homogêneo;
- f) Seja do tipo de **Café 100% arábica**, não sendo admitida presença de conillon;
- g) Seja do tipo bebida mole, admitindo-se bebida dura ou apenas mole;
- h) Seja fornecido em pacotes de 250g (duzentos e cinquenta gramas), admitindo-se pacotes com 500g (quinhentos gramas) **embalados a vácuo puro**, ou em embalagem Pouch com válvula, com registro da data de fabricação e validade estampados no rótulo da embalagem; e
- i) Contenha na embalagem o prazo de validade que deve ser de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data da efetiva entrega do produto pelo fornecedor.

4.1.5. Copo Descartável - 180ml

- a) Produzidos com material bem resistente e de excelente qualidade, o Poliestireno (PS).
- b) Características Adicionais: Atóxico, de acordo com a Norma da ABNT, NBR 14865

4.2. Os bens objeto da aquisição foram selecionados dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do SIASG.

4.3. Devido a previsão do consumo para o período ser parcelada, sugere-se a aquisição por Pregão pelo Sistema de REGISTRO DE PREÇO, baseado na Lei 14.133/2021 Art. 6º, XLVI. " ata de registro de preços: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas".

5. Levantamento de Mercado

5.1. A demanda a ser contratada está amplamente disponível no mercado, de forma que não haverá dificuldades para determinar quais são as empresas existentes que poderiam atender aos requisitos estabelecidos nesse estudo, de modo a alcançar a economicidade, eficácia, eficiência, sustentabilidade e atender à necessidade da contratação.

5.2. Para a aquisição pretendida, o método de levantamento de mercado, buscou contratações semelhantes realizadas por outros órgãos da administração pública, seguindo as diretrizes de normativo publicado pela SEGES/ME. O método para levantamento de mercado atendeu as orientações da IN SEGES/ME 65/2021.

5.3. A pesquisa de preços foi realizada obedecendo aos parâmetros previstos na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65/2021. Portanto, para fins de orçamentação e análise de vantajosidade da solução, foi priorizado o Parâmetro previsto no Inciso I, por meio do Sistema de Pesquisa de Preços - compras.gov.br, e assim como, realizada análise crítica dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferição dos preços, com a desconsideração dos preços inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Diante da necessidade de aquisição para o período de 12 meses, o que compreende os anos de 2024/2025, buscou-se utilizar a centralização de contratação de materiais de consumo de mesma natureza e de demandas de unidades distintas, tais como café, açúcar e leite, bem como os copos descartáveis. Tal procedimento revela-se vantajoso e eficiente, gerando economicidade de processo, redução de tempo e de retrabalho, ganho de escala, em virtude do volume, e tornando a contratação mais atrativa para o mercado, despertando, assim, maior interesse dos fornecedores.

6.2. No tocante a água mineral, devido a natureza do bem, a sua distribuição revela-se mais vantajosa, quando realizada diretamente pelo fornecedor na unidade beneficiada pela aquisição.

6.3. Os materiais de consumo são comuns, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado na modalidade Pregão Eletrônico por meio do Sistema de Registro de Preços - Decreto nº 11.462/2023.

6.4. A empresa vencedora deverá cumprir as cláusulas descritas no Edital e Termo de Referência, de forma a dar solução à necessidade da SR/PF/PA e Delegacias Descentralizadas na forma correta do fornecimento dos bens da aquisição elencados neste Processo de materiais de consumo.

6.5. As entregas dos materiais deverão ser realizadas em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhadas dos respectivos protocolos de cada entrega, nos quais constarão a quantidade de entrega contratada.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A quantidade estimada para a aquisição pretendida teve como base o quantitativo utilizado no exercício anterior e atenderá as demandas advindas da Sede da SR/PF/PA e as Delegacias Descentralizadas.

7.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

7.3. A presente contratação deverá ser licitada em 10 (dez) Grupos contendo os Itens indicados pela Legenda, conforme tabela abaixo.

7.4. IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES E ENDEREÇO DE ENTREGA

a) **1, 2, 3, 4 e 5** - Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará - **SR/PF/PA** - Avenida Almirante Barroso, 3251, esquina c/ AV. Julio Cesar, Souza, Belém-PA CEP: 66.613-710.

b) **6** - Delegacia de Polícia Federal em Santarém - **DPF/SNM/PA** - Avenida Presidente Vargas, 4343, Conjunto Jardim Liberdade, casa 11, Bairro: Liberdade, Santarém-PA CEP: 68040-060.

c) **7** - Delegacia de Polícia Federal em Marabá - **DPF/MBA/PA** - Quadra Especial (Fl.31) - Marabá-PA, CEP 68.500-970.

d) **8** - Delegacia de Polícia Federal em Redenção - **DPF/RDO/PA** - Avenida Brasil, 2327 - Núcleo Urbano, Redenção-PA CEP: 68553-052.

e) **9** - Delegacia de Polícia Federal em Altamira - **DPF/ATM/PA** - Rua Acesso Três, n.º 850, Bairro Independente I, Altamira /PA, CEP 68.372-690.

f) **10** - Posto Avançado Itaituba - **PA/ITB/DPF/SNM/PA** - Av. Mal. Rondon, 724 - Boa Esperança, Itaituba - PA, Itaituba-PA CEP: 68181-010.

7.5. ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADES DOS ITENS

7.5.1. Todos os itens estão identificados na descrição, e seus requisitos detalhados no Item 4, deste Estudo Preliminar.

IDENT. UNID.	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	Quantidade Anual Mínima ESTIMADA	Quantidade Anual Máxima ESTIMADA
1	1	Café em pó, torrado e moído, moagem fina e uniforme, embalagem alto vácuo, tipo do café: tradicional ou superior , de primeira qualidade, ponto de torração: média, sem glúten e sem gordura saturada. Embalagem: Acondicionado em embalagem (tipo Tijolino) pacote de 500g. Validade mínima 12 (doze) meses a contar da data de entrega. Marcas de referência de qualidade: Pilão, Três Corações e Santa Clara, equivalente ou de melhor qualidade.	463591	Pacote de 250g	4440	4884
	2	Leite em pó integral instantâneo (não adoçado/modificado), tipo FORTIFICADO rico em vitamina A, C, e D, embalagem do produto: pacote aluminizado interiormente e exteriormente, com 400g, prazo de validade: mínimo de 10(dez) meses para a SR/PA	446019	Embalagem de 400g	1800	1980
		Açúcar refinado especial branco - sem glúten - de primeira qualidade, acondicionado em embalagem plástica resistente e				

SR/PF/PA	3	reciclável, hermeticamente fechada, contendo 1kg, dentro dos padrões estabelecidos pela ANVISA. A embalagem deverá conter, dentre outros, a marca do produto; data de fabricação e prazo de validade mínima de 12 meses; número do telefone de atendimento ao consumidor. O produto deverá possuir registro no Ministério da Agricultura. Marcas de referência de qualidade: União, Guarani, equivalente ou de melhor qualidade.	463997	Embalagem de 1 kg	1392	1531
	4	Copo Descartável Material: Poliestireno, Capacidade:180ml, Aplicação: Água/Suco e Refrigerante, Características Adicionais: Atóxico, de Acordo c/ Norma Abnt, Nbr 14865, Cor: Branco	326145	Caixa (25 centos)	83	92
	5	Água mineral, natural, sem gás, de primeira qualidade, acondicionada em garrações de propriedade da fornecedora, devendo os garrações possuírem lacre de segurança na tampa e rótulo, fabricados em policarbonato de excelente qualidade, retornáveis, resistentes a impactos.	445485	Garrafão com 20 litros	5200	5720
2 DPF/SNM/PA	6	Água mineral, natural, sem gás, de primeira qualidade, acondicionada em garrações de propriedade da fornecedora, devendo os garrações possuírem lacre de segurança na tampa e rótulo, fabricados em policarbonato de excelente qualidade, retornáveis, resistentes a impactos.	445485	Garrafão com 20 litros	720	792
3 DPF/MBA/PA	7	Água mineral, natural, sem gás, de primeira qualidade, acondicionada em garrações de propriedade da fornecedora, devendo os garrações possuírem lacre de segurança na tampa e rótulo, fabricados em policarbonato de excelente qualidade, retornáveis, resistentes a impactos.	445485	Garrafão com 20 litros	624	686
4 DPF/RDO/PA	8	Água mineral, natural, sem gás, de primeira qualidade, acondicionada em garrações de propriedade da fornecedora, devendo os garrações possuírem lacre de segurança na tampa e rótulo, fabricados em policarbonato de excelente qualidade, retornáveis, resistentes a impactos.	445485	Garrafão com 20 litros	660	726
5 DPF/ATM/PA	9	Água mineral, natural, sem gás, de primeira qualidade, acondicionada em garrações de propriedade da fornecedora, devendo os garrações possuírem lacre de segurança na tampa e rótulo, fabricados em policarbonato de excelente qualidade, retornáveis, resistentes a impactos.	445485	Garrafão com 20 litros	450	495
6 PA/ITB/DPF /SNM/PA	10	Água mineral, natural, sem gás, de primeira qualidade, acondicionada em garrações de propriedade da fornecedora, devendo os garrações possuírem lacre de segurança na tampa e rótulo, fabricados em policarbonato de excelente qualidade, retornáveis, resistentes a impactos.	445485	Garrafão com 20 litros	450	495

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 243.219,88

8.1. A estimativa do valor total da contratação é de **R\$243.219,88** ((duzentos e quarenta e três mil duzentos e dezenove reais e oitenta e oito centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento deve ser utilizado tanto para as compras como para a aquisição de serviços em geral, nos termos dos artigos 40, V, “b”, da Lei nº14.133/2021.

9.2. No caso da aquisição dos materiais de gêneros alimentícios, admite-se o parcelamento dos itens, a fim de aumentar a competitividade, sem prejuízo aos aspectos técnicos e preservada a economia de escala.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não existe contratações em andamento que venham fazer correlação ou dependência com os itens pretendidos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Os bens, elencados neste Estudo Preliminar, a serem eventualmente adquiridos por esta Superintendência Regional são de uso comum e contínuo, conforme contratações anteriores, e, por esta razão, o enquadramento no inciso I, do artigo 3º do Decreto nº 11.462/2023.

11.2. Os itens desta solução constam na listagem do Plano Anual de Contratação vigente na SR/PF/PA, lançada no PGC. Assim, demonstram o alinhamento entre a aquisição e o planejamento desta Superintendência.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Espera-se, com essa contratação, que as demandas rotineiras da sede da SR/PF e das Delegacias Descentralizadas dos materiais de consumo contratados sejam supridos na sua integralidade, de forma que os beneficiários (servidores, colaboradores e público externo) possam desenvolver suas atividades com o suporte necessários com eficiência e sem descontinuidade.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Disponibilização de local físico adequado para guarda dos materiais em estoque, para o pronto atendimento das requisições; e

13.2. Manter vigente os outros serviços e demais contratações que guardem relação com a pretensa contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A empresa contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade para redução dos possíveis impactos ambientais causados em virtude da prestação do serviço.

14.2. A título de exemplo, podemos citar:

- Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênil-polibromados (PBBs), éteres difênil-polibromados (PBDEs).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Com base nas informações levantadas ao longo dos estudos técnicos preliminares, a equipe de planejamento declara viável a presente contratação.

16. Responsáveis

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: As informações contém dados sensíveis]

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WHESLEY SOUZA OLIVEIRA

Presidente - Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 21/03/2024 às 09:09:49.

ANA CELIS GOMES DE CASTRO

Integrante Administrativo - Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 21/03/2024 às 10:01:28.

ARCEDIAGO JOSE DO CARMO SOUSA

Integrante Requisitante - Equipe de Planejamento